

Código Florestal

Controvérsias do novo Código Florestal

“Lobby ambientalista faz propaganda falsa sobre o relatório”

Deputado Federal Aldo Rebelo, relator do texto base do novo Código Florestal

“Nossas florestas vão estar menos protegidas do que em 1934”

Raul Silva Telles do Valle, coordenador-adjunto do Instituto Socioambiental (ISA)

Introdução

Há muito não se via um debate tão polêmico e polarizado na sociedade brasileira. A abrangência e o forte impacto que o conjunto de leis do Código Florestal tem sobre o meio ambiente e

as atividades agropecuárias ajudam a entender a comoção observada em Brasília nos últimos meses. É fundamental apartar a ideologia do debate, tanto quanto possível. Esta é a tentativa feita

abaixo sobre o projeto aprovado na Câmara e encaminhado ao Senado. Serão discutidos três pontos-chave da nova lei: APPs, Reserva Legal e Regularização das propriedades.

Resumo sobre o que muda no Código Florestal

Áreas de Preservação Permanente (APP) – Áreas protegidas em razão da importância na preservação dos mananciais de água, da estabilidade do solo, da biodiversidade e de outros elementos relevantes à preservação dos recursos naturais. São considerados quatro tipos básicos de APP: encostas, topos de morros, nascentes e matas ciliares.

Mudanças:

- Criam-se algumas exceções em relação a áreas desmatadas até julho de 2008 (por exemplo, APPs de mata ciliar, para rios de até 10 metros, só precisarão ser de 15 metros, ao invés dos 30 previstos anteriormente);
- Recuperação de áreas desmatadas em margens de rio e encostas e possíveis usos econômicos de APPs ficarão a cargo de regulação de Estados e da União.

Reserva Legal (RL) – Áreas de preservação obrigatórias por sua relevância para proteção da fauna e flora locais. No texto anterior, já se permitia a realização de atividades agrícolas sustentáveis nessas áreas.

Mudanças:

- Dispensa de proprietários de até quatro módulos fiscais de recompor regiões desmatadas até julho de 2008. As demais

propriedades devem respeitar as áreas mínimas de RL;

- Cômputo da RL, para todas as propriedades, poderá considerar APPs íntegras ou em recuperação, desde que não haja novos desmatamentos.

Regularização das propriedades – Clareza e simplificação dos mecanismos pelos quais proprietários que estão em desacordo com as normas de APPs e da Reserva Legal poderão regularizar sua situação constituem um dos principais objetivos almejados no novo Código.

Mudanças:

- Criam-se alternativas de regularização para áreas de Reserva Legal desmatadas, como compensação dentro do mesmo bioma ou unidade da Federação (compra ou arrendamento de área com vegetação nativa) e possibilidade de contabilizar APP dentro da RL;
- Criação de novos mecanismos de regularização pela União e pelos Estados – Programas de Regularização Ambiental (PRAs) –, de forma a facilitar a adequação dos proprietários às novas regras;
- Implementação de um Cadastro Ambiental Rural (CAR) visando gerenciar as informações sobre APPs e Reserva Legal nas propriedades.

Rodrigo C. A. Lima¹

COMO FICARÁ o agro brasileiro com o novo Código Florestal? Apesar de o texto aprovado na Câmara ainda depender da aprovação final do Senado e da presidente Dilma, e de haver muita pressão para mudanças, é possível analisar os elementos centrais que deverão estruturar o novo Código Florestal brasileiro.

Aumentar o desmatamento, prejudicar o cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, causar danos à biodiversidade, fomentar crimes ambientais e criar barreiras ao comércio são alguns dos argumentos salientados contra o texto aprovado.

No entanto, é preciso examinar detalhadamente o texto para entender de que forma o novo Código vai regular o uso da terra e ponderar se ele realmente causa desequilíbrio entre agricultura e meio ambiente.

O primeiro diferencial que o novo Código deve trazer são regras claras sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs), a Reserva Legal (RL) e, principalmente, sobre a regularização das propriedades rurais. Incentivar a readequação das propriedades e posses, criar incentivos para a recuperação e a compensação florestal e estabelecer as bases para uma nova governança de uso da terra devem ser os objetivos centrais do novo Código.

Áreas de Proteção Permanente (APPs)

A questão das larguras mínimas para as APPs ao longo dos rios e de cursos d'água e a necessidade de manter as APPs em topo de morro e nas encostas foram reconhecidas pelo Código. O que gera debate, nos termos da Emenda 164, é a possibilidade de os Estados reconhecerem áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, permitindo a manutenção de diversas culturas, inclusive pastagem.

O reconhecimento dessas áreas deverá ser feito nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, e deverão ser estabelecidas medidas mitigadoras que garantam o

bom uso do solo e da água. Além disso, em casos sensíveis, a recuperação da área poderá ser exigida.

As críticas quanto a esse ponto são fortes, pois, se todas as APPs atualmente utilizadas não tiverem de ser recuperadas, com base em leis estaduais específicas, os benefícios da recuperação de APPs serão reduzidos. Essa questão deverá gerar muito debate no Senado. Deve-se ressaltar, no entanto, que é importante prever a regularização de culturas como café, maçã, arroz, dentre outras, principalmente em pequenas propriedades.

Partindo desse ponto, que deverá ser revisto, a regra do novo Código é manter APPs de no mínimo 30 metros, para rios de até 10 metros, e prevê, como exceção, que em áreas desmatadas até julho de 2008 o proprietário terá de recuperar a largura mínima de 15 metros, ao invés de 30. Quem desmatou após essa data terá de recuperar as áreas integralmente, seguindo a regra do mínimo de 30 metros.

A única possibilidade de não haver recuperação das APPs ocorrerá se a Emenda 164 passar, sem alterações, e se os Estados criarem Planos de Regularização Ambiental nos quais reconheçam que certas APPs poderão ser utilizadas, considerando-se o baixo impacto ambiental da atividade em questão. Essa possibilidade exigirá a análise caso a caso pelos órgãos ambientais estaduais. Além disso, é essencial esclarecer que não há previsão alguma que libere desmatamento de APPs para produção agrícola, como previsto no § 4º do Artigo 8.

Reserva Legal (RL)

As regras sobre Reserva Legal equilibram o ônus do produtor de manter áreas protegidas, além das APPs. O novo Código reconhece o papel ambiental da RL, mas permite que as APPs sejam computadas para o cálculo da RL desde que não haja desmatamento novo e, principalmente, acolhe a compensação como forma de cumprir com a RL. Este fato evita ter de utilizar áreas produtivas existentes.

Todas as propriedades deverão manter áreas de Reserva Legal de no mínimo: 80% em áreas de florestas, 35% em áreas de Cerrado e 20% em áreas de campos gerais na Amazônia Legal; e 20% para as demais regiões do País.

A exceção vale para imóveis com até quatro módulos fiscais que não possuam esses limites mínimos. Nesse caso, a área da RL a ser cumprida será igual àquela ocupada por vegetação nativa em julho de 2008. Isso exige comprovar qual era a área com cobertura vegetal nessa data, o que demandará fotos de satélite ou outros meios de prova. Diante disso, dois cenários podem ocorrer:

- I. se não havia vegetação nativa em 2008, o proprietário não precisará manter RL, o que é um critério ruim, pois premia quem desmatou em detrimento de quem manteve a área;
- II. quem tinha vegetação nativa em 2008 e desmatou, terá de recompor ou compensar área equivalente.

Note-se que não há brecha para novos desmatamentos de áreas que em tese deveriam ser RL. Além disso, o argumento de que será possível fracionar as propriedades para se enquadrarem na exceção dos quatro módulos fiscais é errado, pois o § 1º do Artigo 13 prevê que, em caso de fracionamento do imóvel rural, a qualquer título, a área original do imóvel será considerada para a RL.

A partir dessas regras, os proprietários e possuidores, **independentemente do tamanho da propriedade**, poderão regularizar a obrigação da RL da seguinte forma:

1. Contar o total de APPs para o cálculo da RL desde que não haja novos desmatamentos (isso significa que, se o produtor planeja novos desmatamentos legais, não poderá contar a APP para a RL);
2. Recompor ou permitir a regeneração natural da área de RL na propriedade: em áreas abandonadas, degradadas ou mesmo produtivas (recuperar áreas degradadas deve

ser um dos focos; o Programa Agricultura de Baixo Carbono oferece crédito a juros mais baixos para esse tipo de atividade);

3. Compensar a RL em áreas do mesmo tamanho no mesmo bioma e, se fora do Estado, em áreas que sejam identificadas como prioritárias pela União ou pelos Estados (áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente, por exemplo);
4. Doação, ao poder público, de área localizada no interior de unidade de conservação não regularizada ou contribuição para fundo público que deverá ser criado.

A compensação da RL é, na realidade, um grande avanço do novo Código, pois permite criar um grande mercado de compensação florestal. É essencial frisar que somente áreas além das APPs e da RL serão elegíveis para compensar os passivos de outros produtores.

O grande desafio, uma vez aprovado o Código, é iniciar a regularização e, efetivamente, fomentar esse mercado de compensação. Se for possível evitar o desmatamento de milhões de hectares via a compensação da RL, estoques de carbono serão preservados, ajudando o Brasil a cumprir suas metas de reduzir 80% do desmatamento na Amazônia e 40% no Cerrado até 2020.

Além disso, o papel da manutenção da vegetação nativa trará benefícios para a biodiversidade, o que pode ser muito positivo para as propriedades, considerando-se serviços ambientais, bem como para o cumprimento das metas da biodiversidade assumidas pelo Brasil.

Regularização das propriedades

O novo Código deve ser visto como base para a regularização dos produtores cujas obrigações de APP e RL não estão em ordem. Para tanto, será essencial o comprometimento com a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a ser

criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e que reunirá informações sobre a propriedade ou a posse, como a existência ou falta de APPs e RL, área produtiva, desmatamentos legais e ilegais, dentre outras informações relevantes no tocante ao uso da terra.

O papel dos órgãos ambientais – federal, estaduais e municipais – em relação à estruturação do CAR é muito relevante, a fim de evitar burocracias e atrasos na sua implementação em função de falta de estrutura, pessoal, sistema de tecnologia da informação que será adotado etc.

A aprovação dos chamados Programas de Regularização Ambiental (PRA), pela União e pelos Estados, será outra ferramenta imprescindível para a adequação ambiental das propriedades, pois deverá tomar como base as obrigações previstas no novo Código, principalmente em relação às APPs e à RL. O texto aprovado pressupõe que esses PRAs trarão detalhes sobre como deverá ser a regularização e, no caso da União, dependerão de um Decreto do Poder Executivo.

Apesar de não haver prazo para esses programas serem instituídos, há previsão expressa de que os produtores terão um ano para aderir, contado a partir da implementação do CAR.

Deve ficar claro, no entanto, que em grande parte dos casos a regularização poderá ser feita a partir da criação do CAR, não sendo preciso esperar definições dos PRAs. A proatividade dos produtores tenderá a ser um diferencial importante, principalmente quando se observa que buscar se adequar ao novo Código será essencial para acesso a crédito, para vender produtos, ter desconto no Imposto Territorial Rural e até mesmo para obter desconto no Imposto de Renda em relação às despesas com recomposição e compensação.

É possível que alguns dispositivos do texto aprovado na Câmara sejam revistos até a aprovação final. Independentemente disso, as bases do novo Código estão

lançadas, e espera-se adesão massiva dos produtores a fim de regularizarem suas propriedades e posses. Isso é central para pacificar a visão enviesada de que o agricultor está à margem da lei e para reforçar a relação de equilíbrio entre o agro e a conservação ambiental.

Dessa forma, será possível transformar a produção de alimentos e de energia no Brasil em modelo de sustentabilidade para o mundo. Cabe a cada um cumprir seu papel após aprovado, definitivamente, o novo Código Florestal. ■

Comentário de Roberto Rodrigues²

Qualquer que seja o resultado final das discussões sobre o Código Florestal – posição do Senado e posterior decisão da presidente Dilma Rousseff –, a esmagadora vitória por 410 votos contra 64 do relatório do deputado Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados é uma grande ode à democracia. Aquela Casa do Povo, legítima representante das mais diversas parcelas da sociedade brasileira, compreendeu a necessidade de segurança jurídica em um ponto fundamental para o desenvolvimento do País.

Ninguém poderia dizer que foi uma vitória dos ruralistas: eles não chegaram nem à metade dos 410 votos; muito menos que seria a derrota dos ambientalistas: eles são muito mais que os 64 votos. Foi a vitória da democracia, da institucionalidade, da independência dos poderes.

Vai ser complicado fazer oposição à tamanha maioria democrática.

1. Advogado, Gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône); e-mail: rlma@iconebrasil.org.br

2. Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal